



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CIFORM
Identificação: POLÍTICA 12
Data: 19 a 25/11/2012

NOVA DECISÃO

Justiça libera licitação do transporte público

Paralisado pelo TCE, processo licitatório será retomado nesta semana. Dificilmente, será concluído por Edvaldo

■ Depois de ficar paralisada por medida cautelar do Tribunal de Contas do Estado - TCE -, a licitação do transporte público de Aracaju será retomada, por decisão do juiz da 12ª vara cível, Raphael Silva Reis, na última terça-feira, 13, após ação civil do Ministério Público Estadual - MPE. O juiz decidiu que o processo deve ter continuidade, com pena de multa diária após cinco dias. De acordo com ele, o TCE não pode constituir impedimento à licitação.

Como nas ocasiões anteriores em que se tentou realizar a licitação do transporte público de Aracaju, muita polêmica foi criada e, efetivamente, o processo nunca se concretizou. Promessa do atual prefeito, Edvaldo Nogueira, PC do B, dificilmente, será finalizada até o final deste ano, quando ele encerra a gestão dele na administração municipal.

O edital da licitação prevê, por exemplo, o aumento do número de ônibus adaptados a pessoas com deficiência de locomoção. Outra novidade



Licitação resolveria diversos problemas a que estão expostos os usuários do transporte coletivo

para o usuário do transporte coletivo, com a licitação, é a implantação da integração temporal. Isso significa que o cidadão não precisará ir até o terminal para mudar de um ônibus para outro.

Os ônibus em circulação também irão ganhar nova padronização visual e serão realizadas adequações no sistema, com a implantação de novas rotas e linhas para diminuir o tempo de via-

gem. Com a licitação, será estabelecido um número máximo de pessoas por ônibus e intervalos máximos de horário. A idade média da frota não poderá ultrapassar cinco anos.

No entanto, esses benefícios não serão tão imediatos. O prefeito eleito João Alves Filho, DEM, embora afirme ser favorável à licitação, defende que o atual processo seja anulado e que a nova

gestão avalie as condições do sistema de transporte público e encaminhe a concorrência. Além disso, como aconteceu em outros momentos em que prefeitos tentaram realizar a licitação, as empresas de ônibus de Sergipe devem entrar na Justiça para barrar o processo. ■

► COMENTE ESTA MATÉRIA
opine@cinform.com.br